

PARTE I – Referencial estratégico socioambiental 2015-2020*

Alinhamento do PLS-TRF1 ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região

O Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2015-2020. Detalhado na Resolução Presi 29/2014, é composto por (art. 1º):

- Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas da Justiça Federal;
- Mapa Estratégico da Justiça Federal;
- Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região.

Em todos esses componentes houve a preocupação com a gestão socioambiental, promovendo ações que estimulam a reflexão e a mudança de paradigmas, contemplando, especialmente:

- a mudança nos padrões de compra e consumo da Justiça Federal da 1ª Região;
- o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;
- o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;
- a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados;
- a promoção das contratações sustentáveis;
- a gestão sustentável de documentos;
- a sensibilização e capacitação da força de trabalho para a gestão socioambiental;
- a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

*O referencial estratégico socioambiental do TRF1 – parte I do PLS-TRF1, conforme artigo 4º da Portaria Presi 49 foi adotado parcialmente.

PLS/BA – PARTE I – REFERENCIAL ESTRATÉGICO SOCIOAMBIENTAL 2015-2020

No primeiro componente, **Plano Estratégico da Justiça Federal**, são apresentados os Macrodesafios do Poder Judiciário aplicáveis à Justiça Federal, entre eles dois que recomendam práticas sustentáveis, uso de tecnologia limpa e redução do desperdício:

Macrodesafios relacionados à gestão socioambiental

Macrodesafio	Descrição
Garantia dos direitos de cidadania	Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos , de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

No mesmo sentido, incluem-se entre as **Metas Específicas da Justiça Federal** importantes desafios que intencionam a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho:

Metas relacionadas à gestão socioambiental

Metas para o biênio 2019-2020
Manter o absenteísmo de magistrados e servidores abaixo ou igual a 3%
Atingir 100% de adesão aos Exames Periódicos de Saúde até 2020

O Mapa Estratégico da Justiça Federal, por sua vez, relaciona os valores que devem nortear as ações de todos os magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Federal em suas práticas diárias e também o cenário que se pretende alcançar com a execução de sua estratégia num futuro próximo:

Valores e cenário relacionados à gestão socioambiental

Valores	Cenário desejado
Ética	Justiça mais acessível
Respeito à cidadania e ao ser humano	Justiça tempestiva
Responsabilidade ambiental	Maior racionalização do sistema judicial
Transparência	Melhoria da qualidade do gasto público
Qualidade	Disseminação da Justiça Eletrônica
Inovação	Outros

*O referencial estratégico socioambiental do TRF1 – parte I do PLS-TRF1, conforme artigo 4º da Portaria Presi 49 foi adotado parcialmente.

PLS/BA – PARTE I – REFERENCIAL ESTRATÉGICO SOCIOAMBIENTAL 2015-2020

Ao Plano de Ação 2019-2020 da Seção Judiciária da Bahia, que integra a Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região e relaciona as iniciativas propostas pelas unidades organizacionais para o desdobramento de sua estratégia, foi alinhado com a Agenda 2030 e alguns dos seus **ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**.

O Plano de Logística Sustentável do TRF 1ª Região vem consolidar esses desafios, valores e iniciativas de forma estruturada, passando a integrar o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região em sua totalidade, nos termos do art. 10 da Resolução CNJ 201/2015.

Objetivos estratégicos, indicadores e metas

Tendo em vista que o Plano de Logística Sustentável vincula-se ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, a este acrescentam-se os objetivos estratégicos, indicadores e metas que integram o presente PLS-BA, relacionados na Parte III – Plano de Ação Socioambiental.

Responsabilidades

À Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária da Bahia, instituída pela Portaria Diref 7666469, foi atribuída a responsabilidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS-BA:

Composição da Comissão Gestora do PLS-TRF1

Responsáveis	Função
Diretor da Secretaria Administrativa	Presidente
Supervisor da Seção de Modernização Administrativa	Membro efetivo
Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental	Membro efetivo
Diretor do Núcleo de Compras, Contratos e Licitações	Membro efetivo
Diretor do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial	Membro efetivo
Diretor do Núcleo de Administração de Serviços Gerais	Membro efetivo
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação	Membro efetivo
Diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas	Membro efetivo
Diretor do Núcleo de Bem-Estar Social	Membro efetivo
Serviço de Comunicação Social	Membro efetivo

A Comissão Gestora contará com o apoio de todos os gestores das unidades relacionadas no Plano de Ação Socioambiental -Parte III do PLS-BA, especialmente na execução das ações ou projetos ali inseridos, na mensuração dos indicadores e no cumprimento das metas propostas.

Cabe lembrar que, como o PLS-BA passou a integrar o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, por força do art. 1º da Resolução CNJ 201/2015, e tendo em vista que a execução da estratégia da Justiça Federal cabe a todos os magistrados, servidores e colaboradores da 1ª Região (Resolução Presi 29/2014, art. 2º), infere-se que a responsabilidade pelo PLS-BA deve ser compartilhada por toda a força de trabalho.

PLS/BA – PARTE I – REFERENCIAL ESTRATÉGICO SOCIOAMBIENTAL 2015-2020

Foram criados os seguintes grupos executivos, cumprindo recomendação constante no artigo 1º, 2º, da Resolução PRESI 40, de 28/09/2017:

I – Uso Eficiente de Insumos e Materiais, Deslocamentos e Gestão de Frota

II – Gestão de Resíduos

III – Consumo Sustentável de Recursos Naturais e de Gestão de Obras (água e esgoto, energia, obras e serviços de engenharia)

IV- Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, Comunicação e Capacitação

V – Compras, Aquisições e Contratações Sustentáveis e Recursos Tecnológicos

Monitoramento dos dados

O monitoramento é realizado de forma compartilhada pelo servidor responsável pela Seção de Administração de Materiais, por servidor responsável pela execução de contrato de fornecimento de combustíveis e pelo Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, por meio de acompanhamento contínuo:

- do desempenho da Seção Judiciária diante dos objetivos, indicadores e metas que compõem o Referencial Estratégico (Parte I) deste plano;
- da ampliação da quantidade de bens adquiridos com critérios de sustentabilidade integrantes do Inventário (Parte II);
- da execução das ações e projetos inseridos no Plano de Ação Socioambiental (Parte III).

A Seção Judiciária da Bahia utiliza como ferramenta para a coleta de dados relativos aos indicadores o sistema eletrônico do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do § 2º do art. 23 da Resolução CNJ 201/2015.

Com relação à alimentação dos dados, caberá:

- aos gestores das áreas técnicas responsáveis pelas práticas sustentáveis alimentar o sistema cedido pelo CNJ com os dados dos indicadores atualizados, conforme a periodicidade de apuração de cada um;
- às unidades solicitantes de compras/serviços lançar as informações relativas aos critérios de sustentabilidade em cada item do inventário da SJ/BA;
- aos gerentes dos projetos e responsáveis pelas ações relatar o andamento de cada iniciativa do Plano de Ação Socioambiental.

O acompanhamento contínuo dos dados permitirá aos grupos executivos tomarem, tempestivamente, as providências necessárias para que os resultados esperados sejam alcançados em todos os temas de atuação (insumos e materiais, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no trabalho, contratações sustentáveis, deslocamentos de pessoas, bens e materiais e capacitação contínua da força de trabalho).

Avaliação do PLS

A partir dos dados informados nos itens monitorados pela Seção Judiciária, proceder-se-á à avaliação do desempenho do Tribunal diante dos resultados alcançados:

- com os objetivos estratégicos, indicadores e metas;
- na ampliação dos bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;
- na execução das ações e projetos socioambientais.

A avaliação deve ser contínua, à medida que os dados são lançados nos respectivos sistemas ou informados pelos gestores, em todas as instâncias de atuação dos atores da gestão socioambiental: responsáveis pela execução de contratos relacionados com indicadores ambientais, grupos executivos, Comissão Gestora e Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental – Seramb.

O Relatório Anual de Desempenho da Seção Judiciária, contendo a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano seguinte, deve ser preparado pelo Seramb, com o apoio irrestrito dos gestores da Seção Judiciária, dos grupos executivos e da Comissão Gestora, até o dia 10 de dezembro de cada ano. O Tribunal encaminhará ao CNJ o Relatório Anual Consolidado da Justiça Federal da 1ª Região, composto pelo relatório do Tribunal e pelos de suas 14 Seções Judiciárias, até o dia 20 de dezembro de cada ano.

PLS/BA – PARTE II – INVENTÁRIO SUSTENTÁVEL 2018

Bens e materiais adquiridos com critérios de sustentabilidade

Bens permanentes
<p>Cadeira ergonômica com espaldar médio.</p> <p>Critérios exigidos: registro do fabricante no CTF/APP* acompanhado de Certificado de Regularidade Válido e Certificado de Conformidade da ABNT emitido por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo Inmetro ou pela própria ABNT: NBR-13962/2006; Espuma - NBR-8537/2003, 8619/2015 e 8797/2015; ABNT 1010/1020 - base giratória em aço.</p>
<p>Cadeira fixa sem braços, com espaldar médio</p> <p>Critérios exigidos: registro do fabricante no CTF/APP* acompanhado de Certificado de Regularidade Válido e Certificado de Conformidade da ABNT emitido por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo Inmetro ou pela própria ABNT: NBR-13962/2006; Espuma - NBR-8537/2003, 8619/2015 e 8797/2015; ABNT 1010/1020 – base giratória em aço.</p>
<p>Cadeira fixa com braços</p> <p>Critérios exigidos: registro do fabricante no CTF/APP* acompanhado de Certificado de Regularidade Válido e Certificado de Conformidade da ABNT emitido por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo Inmetro ou pela própria ABNT: NBR-13962/2006; Espuma - NBR-8537/2003, 8619/2015 e 8797/2015; ABNT 1010/1020.</p>
<p>Poltrona ergonômica espaldar alto (poltrona para juiz)</p> <p>Critérios exigidos: registro do fabricante no CTF/APP* acompanhado de Certificado de Regularidade Válido e Certificado de Conformidade da ABNT emitido por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo Inmetro ou pela própria ABNT: NBR-13962/2006; Espuma - NBR-8537/2003, 8619/2015 e 8797/2015; ABNT 1010/1020.</p>
<p>Mesa ergonômica em L, revestida em laminado melamínico, 1400x1600x740mm</p> <p>Critérios exigidos: registro do fabricante no CTF/APP* acompanhado de Certificado de Regularidade Válido e Certificado de Conformidade da ABNT emitido por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo Inmetro ou pela própria ABNT: NBR 13966/2008</p>
<p>Gaveteiro volante revestido em laminado melamínico, 410x470x570mm</p> <p>Critérios exigidos: registro do fabricante no CTF/APP* acompanhado de Certificado de Regularidade Válido</p>
<p>Armário 4 portas, revestido em laminado melamínico, 1,60x1,60x0,50m</p> <p>Critérios exigidos: registro do fabricante no CTF/APP* acompanhado de Certificado de Regularidade Válido e Certificado de Conformidade da ABNT emitido por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo Inmetro ou pela própria ABNT: NBR 13961/2006</p>
<p>Armário 8 portas, revestido em laminado melamínico, 2,34 a 2,44x0,50x1,60m</p> <p>Critérios exigidos: registro do fabricante no CTF/APP* acompanhado de Certificado de Regularidade Válido e Certificado de Conformidade da ABNT emitido por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo Inmetro ou pela própria ABNT: NBR 13961/2006</p>
<p>Purificador de água com - Ecocompressor, com gás R-134a que não agrida o meio ambiente; mecanismo que elimine odores, sabores, retenha micropartículas na água e possa inibir proliferação de microorganismos; bandeja coletora de resíduo removível (para esvaziar ou higienizar); duas torneiras para água natural e gelada; instalação em parede ou bancada e pés antiderrapantes; temperatura da água natural e gelada; purificador com parte interna de fácil limpeza(desmontável para higienização); conter um sistema de refil inteligente que indique a necessidade da troca do mesmo; modelo de 110 V/220V ; Certificado pelo INMETRO NBR 16236/2013 e Portaria do INMETRO nº 344, de 22 de julho de 2014. Alterada pela Portaria 92, de 04/05/2017.</p>

*CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do IBAMA– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

PLS/BA – PARTE II – INVENTÁRIO SUSTENTÁVEL 2018

Materials

Papel A4, branco, alcalino, 75g/m ² , 210x297mm Critério exigido: selo FSC – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal)
Carimbos auto-entintados em corpo plástico reciclado. Critérios exigidos: certificação do fabricante quanto ao tipo de matéria prima utilizada (corpo plástico reciclado) e exigência quanto ao estabelecido no artigo 32 da lei nº 12.305/2010 que prevê que as embalagens dos materiais sejam reutilizáveis, recicláveis, restritas em volume e peso garantindo a devida proteção do produto.
Lâmpada LED T8, 1200 MM, tensão nominal bivolt, potência nominal 18/20w, tipo base g13, temperatura de cor 6000K, formato tubular t8, características adicionais: 1200 MM de comprimento, vida útil 25000H, cor de luz branca fria, - fluxo luminoso 1800 lm marca de referência: Empalux TL20616, certificação do inmetro, selo procel
Lâmpada de carga, nome lampada de carga, características adicionais: lâmpada led, tensão nominal bivolt, potência nominal 40w, tipo base g13, temperatura de cor 6000k, formato tubular t8, 2371 MM DE COMPRIMENTO, VIDA UTIL 25000H, cor de luz branca fria – fluxo luminoso 3800 lm marca de referencia: empalux TL40216, certificação do inmetro, selo procel
Compressores para ar condicionado, tensão 220 V, 60Hz, monofásico, tipo hermético rotativo ou scroll, rotação fixa, diversas capacidades nominais (btu/h), para uso com gás R22 OU R410 . Índice de eficiência energética (EER) > 3 W/W.
Compressores para ar condicionado, tensão 380 V , 60Hz, trifásico, tipo hermético rotativo ou scroll, rotação fixa, diversas capacidades nominais (btu/h), para uso com gás R22 . Índice de eficiência energética (EER) > 3 W/W.

PLS/BA - PARTE III -PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL



TEMA 1 - INSUMOS E MATERIAIS (papel, material de expediente, descartáveis e toner)

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
1	PROJETO – Adequação do almoxarifado ao avanço da virtualização dos processos PA SEI 000554-28.2019	Levantar dados sobre avanço do PJe e dados dos itens ociosos, promover o enxugamento do catálogo de materiais e subsidiar o planejamento das aquisições e a reutilização de espaço físico ocioso decorrente da redução do estoque.	2020	SEMAT	Quantidade de itens excluídos do catálogo	Redução de 5% dos itens do catálogo
2	Estabelecer cotas mensais de distribuição de papel A4 conforme especialidade das varas e peculiaridade dos Núcleos solicitantes	Levantar histórico de consumo das unidades e fixar quantidade de resmas de papel A4	2019	SEMAT	Consumo total de papel A4 branco em resmas	Redução de 3% do consumo de papel A4
3	Redução do fornecimento de copos descartáveis	Disponibilizar os dados de consumo de copos de 200ml e 50ml das unidades. Distribuir garrafinhas de água para terceirizados	2020	SEMAT SERAMB	Consumo total de copos descartáveis = copos 200ml + copos 50ml	Redução de 3% do consumo total de copos
4	PROJETO - Criação de ilhas de impressão na área administrativa e judiciária em Salvador e nas Subseções PA SEI 0013587-41.2018	Concentrar impressões de várias Seções de uma unidade em uma quantidade menor de equipamentos	2019	NUTEC	Quantidade de impressoras devolvidas	Redução de 20% do parque de impressoras

PLS/BA - PARTE III - PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL



TEMA 2 – ENERGIA

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
5	Implantar iluminação LED	Substituição das luminárias e lâmpadas do prédio sede e JEF (Salvador)	2020	SESEG	Quantidade de lâmpadas substituídas	Substituir 100% das lâmpadas
6	Avaliação do consumo de kVar excedente	Avaliar a necessidade e o tempo de retorno da implementação de bancos de capacitores com a finalidade de anular a taxa extra cobrada por consumo de potência reativa excedente	2019	SESEG SESAPs	Valor total das faturas correspondentes à potência reativa excedente	Redução da taxa extra em 98%



TEMA 3 - ÁGUA E ESGOTO

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
7	Redução do consumo de água	Instalar redutores de vazão nas torneiras de uso comum (público externo e servidores) nos prédios sede e JEFs	2019	SESEG	Quantidade de redutores instalados	Substituir 100% das torneiras de uso comum

PLS/BA - PARTE III -PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL



TEMA 4 - GESTÃO DE RESÍDUOS

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
8	PROJETO - Implementação da coleta seletiva solidária no prédio sede e dos Juizados Federais PA SEI 0001981-79.2019	Formalizar a parceria com a SAEB - Secretaria de Administração do Estado, Programa Recicle Já, para descarte de lâmpadas usadas e inservíveis, de papel e de eletroeletrônicos e ampliar os tipos de resíduos separados para descarte mediante elaboração do projeto coleta seletiva.	2019	NUASG	Quantidade (kg) de recicláveis	Aumento da quantidade total de resíduos descartados de forma ambientalmente correta em 5% até dez/2020
9	PROJETO - Elaboração e implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nos prédios sede, anexos e prédio dos JEFs	Contratação de empresa para elaborar e implementar o PGRS - identificação e classificação de resíduos, mapeamento dos processos de geração, armazenamento, gerenciamento, descarte de resíduos e destinação ambientalmente correta de resíduos.	2020	NUASG	Quantidade total de resíduos sólidos	Redução em 5% a geração total de resíduos sólidos até dez/2020

PLS/BA - PARTE III -PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL



TEMA 5 - QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
10	Campanha de vacinação	Campanha de vacinação contra Gripe para magistrados e servidores da Sede, JEFs e 15 (quinze) Subseções Judiciárias.	2020	NUBES	Quantidade de servidores e magistrados vacinados	Ampliação anual da adesão em 5%
11	Campanhas de promoção à saúde bucal	Palestras de promoção da saúde bucal ministradas pelas peritas odontológicas ou profissionais das redes credenciadas ao Pro-Social	2019	NUBES	Quantidade de palestras	Realizar, no mínimo 2 palestras/ano
		Campanha de prevenção odontológica para servidores/magistrados e seus dependentes, através de atendimento individualizado para realização de procedimentos de prevenção, semestramete, nos consultórios odontológicos da seccional.	2020	NUBES	Quantidade de servidores/magistrados e dependentes alcançados	Ampliação anual da adesão em 5%
12	Campanhas de promoção à saúde em geral	Palestras de promoção da saúde em geral ministradas pela Médica do Trabalho e pela Enfermeira do Trabalho ou profissionais credenciados ao Pro-Social	2020	NUBES	Quantidade de palestras	Realizar, no mínimo 2 palestras/ano
		Intervenções na sede e nos JEFs, com foco na promoção à saúde de servidores e magistrados. Estender às Subseções, com auxílio de servidores multiplicadores	2020	NUBES	Quantidade de ações	Realizar, no mínimo 1 ação/ano
13	Pesquisa de satisfação dos usuários do NUBES	Oferecer, com eficácia, um serviço continuado à saúde e bem-estar dos servidores e magistrados, de atendimento médico-odontológico, prestando, com zelo, os serviços de informação, autorização, auditoria, perícia, cadastramento, credenciamento, faturamento e consultas ocupacionais de enfermagem e médica	2019	NUBES	% de usuários satisfeitos quantidade total de usuários satisfeitos que responderam a pesquisa	80% de usuários satisfeitos da quantidade de respondentes
14	Exames Periódicos de Saúde - EPS	Realizar os exames periódicos de saúde, acompanhando o estado de saúde dos servidores e magistrados através da detecção precoce das doenças relacionadas ao trabalho ou não	2020	NUBES	Quantidade de EPS realizados/total de servidores e magistrados da SJ/BA	Alcançar 75% dos servidores e magistrados até 2020

PLS/BA - PARTE III - PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL

TEMA 5 - QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
15	PPRA - Programa de Prevenção e Riscos Ambientais, a fim de identificar os possíveis riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos existentes	Realizar o PPRA, a fim de identificar os possíveis riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos existentes na seccional e nas Subseções	2020	NUBES	% de conclusão do programa	Concluir 100% do PPRA em Salvador até 2018 e 100% até 2020 nas Subseções
16	PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	Desenvolver a gestão da saúde física e mental do servidor/magistrado, a partir da avaliação dos riscos levantados no PPRA e avaliação clínica nas consultas médicas e de enfermagem	2020	NUBES	Quantidade de riscos identificados e sanados	Concluir 100% do PPRA em Salvador até 2018 e 100% até 2020 nas Subseções



TEMA 6 - CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS (SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E ÁGUA ENVASADA)

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
17	PROJETO - Elaborar Plano Anual de Contratações - 2020	Consolidar todas as contratações de bens e serviços, inclusive obras, serviços de engenharia e contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicações que pretendemos realizar ou prorrogar para o ano subsequente	2019	NUCOM	% de atividades de trabalho executadas em relação ao planejado	Concluir 100% do PAC de 2019
18	Redução do gasto com telefonia móvel	Limitar a utilização de telefonia celular apenas para os plantões judiciais.	2019	SERTEL	Valor das faturas mensais	Reduzir o gasto em 15 %
19	Aperfeiçoar a utilização da telefonia fixa local	Emitir relatórios mensais individualizados por unidade e ramal e envio mensal ao gestor da unidade para melhor acompanhamento da utilização da telefonia fixa	2019	SERTEL	Valor das faturas mensais	
20	Substituir bebedouros por purificadores de água	Adquirir purificadores de água para reduzir a quantidade de garrafas plásticas de 20 litros	2019	SESEG SESAPs SEENG	Quantidade de bebedouros substituídos	Reduzir o consumo de garrafas em 28%

PLS/BA - PARTE III - PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL



TEMA 7 - DESLOCAMENTOS DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS (GESTÃO DE FROTAS)

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
21	PROJETO – Redução de frota de veículos oficiais administrativos da SJ/BA	Desfazimento de veículos administrativos ociosos	2019	SEVIT	Quantidade de veículos alienados em razão do projeto	Redução da frota de veículos oficiais administrativos em 30% até 2019
22	Analisar viabilidade de contratação de empresas de aplicativos de transporte tipo "TAXIGOV"	Análise comparativa entre o custo anual total dos veículos oficiais e a contratação de serviços de transporte	2019	SEVIT	% de economia	Conclusão da análise



TEMA 8 - SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
23	Campanha de sensibilização e capacitação da força de trabalho nas questões relacionadas à gestão socioambiental	Elaboração da agenda ambiental anual com eventos e cursos	2019	SETCOM SEDER SERAMB	Quantidade anual de ações de sensibilização e capacitação	Implantar pelo menos 1 ação de sensibilização para os indicadores papel, copos descartáveis, água, energia, impressão, e gestão de resíduos. Efetuar pelo menos 1 curso por ano relativos à Análise de Ciclo de Vida, ODS, gestão de resíduos e contratações sustentáveis.

PLS/BA - PARTE III -PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL

TEMA 8 - SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
24	Divulgação de temas relacionados à gestão socioambiental	Manter espaço de comunicação constante no JFH, intranet, facebook e e-mail informando o consumo e o cumprimento das metas	2020	SETCOM SERAMB	Quantidade anual de peças de sensibilização e capacitação divulgadas	Aumentar as publicações sobre sustentabilidade em 30% até 2020



TEMA 9 – ACESSIBILIDADE

Nº	AÇÕES	DETALHAMENTO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADORES	META
25	PROJETO - Adequação dos prédios da Seção Judiciária às normas de acessibilidade	Atendimento aos requisitos de acessibilidade nas edificações da seccional, conforme Leis 10.098/2000 e 13.146/2015	2020	SEENG	Quantidade (un) de requisitos atendidos: 1 - colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; 2 - acessibilidade nos elevadores; 3 - sanitários acessíveis; 4 - áreas destinadas a eventos e conferências acessíveis; 5 - reserva de vagas para veículos; 6 - sinalização sonora, visual e tátil;	Atender 100% dos requisitos